Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

PODER

Governo em busca de sustentabilidade

Em reunião, Marina Silva recebe de Lula a promessa de que o Executivo atuará para reverter perdas do Ministério do Meio Ambiente

» TAINÁ ANDRADE

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ouviu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o governo vai lutar para restabelecer as competências da pasta dela, retiradas na medida provisória da reestruturação da Esplanada, aprovada em comissão mista da Câmara, na quarta-feira. O texto, enviado pelo Executivo ao Congresso, foi alterado pelo relator, o deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), e esvaziou o ministério. Mesmo assim, recebeu apoio do Planalto na votação. A mesma promessa foi feita à ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, na reunião, ontem, no Palácio do Planalto.

Marina não falou após o encontro, mas, em entrevista à CNN Brasil, se mostrou otimista de que o Executivo conseguirá convencer os parlamentares a reverter as perdas antes de a MP ser votada em plenário. "Neste momento, há um esforço muito grande do governo para manter o que foi a medida provisória aprovada pelo presidente Lula no primeiro dia do seu governo, restabelecendo as competências do Ministério do Meio Ambiente, em relação a recursos hídricos, ao serviço florestal brasileiro, à reconstrução do Ibama, uma série de medidas", afirmou. "Infelizmente, temos uma situação delicada no Congresso Nacional, em que há uma maioria de parlamentares que gostariam de reeditar a estrutura e as políticas do governo anterior."

A titular da pasta se disse uma "mulher de luta e de paz" e que está "preparada para o diálogo". Ela negou a intenção de pedir demissão. "A primeira pessoa que diz quem fica e quem vai é o presidente Lula, que convida. Eu me sinto honrada de, pela terceira vez, ter sido convidada para ministra do Meio Ambiente neste momento histórica da vida da humanidade e, particularmente, do nosso país", frisou. "Somos um governo de frente ampla. A frente ampla tem suas contradições, mas a agenda ambiental não é de um setor, de um partido, é da sociedade. Por isso que o presidente Lula disse que ela está no coração do governo. A melhor forma de ajudar o governo é estando dentro do governo para viabilizar as políticas de combate ao desmatamento, de desenvolvimento sustentável. Com certeza, haveremos de superar as dificuldades para poder fazer com que o Brasil faça jus à potência ambiental que é."

Já a ministra Sônia Guajajara usou as redes sociais para comentar o encontro com o chefe do Executivo. "A reunião de hoje (ontem) com o presidente Lula e colegas ministros foi fundamental para reafirmar nosso compromisso de amparo aos povos indígenas. Garantiremos uma pauta ambiental sólida. Seguiremos fazendo todos os diálogos possíveis para a manutenção dos direitos indígenas", escreveu.

Articulação

Depois do encontro, só deram entrevistas os ministros de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e da Casa Civil, Rui Costa. Segundo Padilha, Marina e Sônia tinham compromissos a cumprir — ainda que não houvesse nada programado nas agendas oficiais das duas ministras.

Rui Costa contou que, na reunião, foi feita uma "avaliação da votação" com as ministras envolvidas e com os líderes do governo no Congresso. Ele ressaltou que o diálogo com os parlamentares será feito, com a ajuda de Padilha, antes de a MP ir a plenário.

"A maior parte ou a quase totalidade dos pontos preservou aquilo que era o conceito original da MP, mas em alguns pontos isso não foi mantido. Portanto, o governo continuará trabalhando para que, nos outros espaços legislativos em que a MP ainda tramitará, o conceito original dos pontos que foram mexidos, e que, em nossa opinião, está desalinhado nas políticas que precisam ser implementadas, possamos retomar", disse Costa.

Padilha, por sua vez, afirmou que, caso as mudanças permaneçam, o Planalto conseguirá dar andamento às demandas ambientais. "O governo tem instrumentos que não impedem que, em meio a qualquer troca de competências que o Congresso Nacional possa vir a fazer, que continue a agenda de sustentabilidade", enfatizou.

Segundo Padilha, não há ministérios isolados. "Tivemos alguns pontos que não tinham concordância do governo. Apesar desses pontos, isso não impede o governo de implementar suas políticas. Não há esvaziamento da agenda da sustentabilidade. Nem do governo, nem dos ministérios, porque isso aqui não é ministério isolado, é um time, coordenado e articulado", declarou.

Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Em vez de Marina Silva e Sônia Guajajara, protagonistas do encontro, quem teve direito a fala foram outros ministros do governo

Valter Campanato/Agencia Brasil



Marina Silva diz que governo se esforça para reverter perdas

Bancada ruralista

Segundo fontes, as restrições ambientais impostas pelo governo provocaram um forte lobby do agronegócio, via bancada ruralista. O presidente da bancada, deputado federal Pedro Lupion (PP-PR), classificou o texto da MP como fruto de conversas com o relator Isnaldo Bulhões, que "atendeu em partes os anseios" do grupo, por ter colocado o CAR no Ministério da Gestão e da Inovação, e não no Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

"O governo tem de calcular bem o próximo passo que vai dar. Dialogar, a gente sempre aceita; voltar atrás do que pediu é que não", disparou Lupion. "Se for para destacar o texto, qual é a base do governo hoje? Quais são os partidos que estão com ele? O governo tem 324 pontos no painel? O governo tem isso para enfrentar? Acho que não", ameaçou.

Lupion avaliou ser tarde para mudanças, pois o assunto foi amplamente discutido. "O governo tinha de ter sentado à mesa para conversar quando foi feito o relatório, não agora. A MP vence no dia 1º de junho e pode cair pelo volume de propostas a serem votadas", alertou.

> **A melhor forma de ajudar o governo é estando dentro do governo para viabilizar as políticas de combate ao desmatamento, de desenvolvimento sustentável"**
>
> ***Marina Silva,*** *ministra do Meio Ambiente*

Entenda o caso

Perdas em série

O relatório da MP tira do Ministério do Meio Ambiente o Cadastro Ambiental Rural — registro público eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais e um dos principais instrumentos do governo contra a grilagem de terras e o desmatamento. Além disso, a pasta perdeu a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a gestão de resíduos sólidos. Já o Ministério dos Povos Indígenas não terá mais sob seu comando a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), devolvida ao Ministério da Justiça.

Haddad defende prerrogativas do Ministério do Meio Ambiente

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu que a organização do governo é uma atribuição do presidente da República, ao ser questionado sobre o esvaziamento da pasta do Meio Ambiente, comandada por Marina Silva, nas alterações promovidas pela Câmara na medida provisória (MP) de reestruturação da Esplanada.

"Penso que a organização de governo é uma atribuição do presidente da República e essa prerrogativa deveria ser respeitada, do mesmo modo que o regimento interno do Supremo Tribunal Federal, da Câmara e do Senado são atribuições dos Poderes", afirmou, em entrevista à GloboNews.

Na visão do ministro, a prerrogativa desenhada para o Ministério do Meio Ambiente deveria ter sido respeitada. "Se fosse parlamentar, respeitaria o direito do chefe do Executivo de organizar o governo", disse.

Sem tomar posição no cabo de guerra do governo sobre a exploração de petróleo na Foz do Rio Amazonas, Haddad pregou que se amplie o debate técnico e ambiental a respeito dos impactos na região. A exploração de petróleo na Margem Equatorial opôs o Ministério do Meio Ambiente e Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) à pasta de Minas e Energia e à **Petrobras**.

Haddad destacou que o Brasil precisa olhar para a experiência internacional e estudar o que outros países da Margem Equatorial fazem para explorar o petróleo na região.

"Aquela região, aquele bioma, é de uma riqueza incalculável. Faz muito bem a pasta do Meio Ambiente em zelar por aquele patrimônio, mas você tem hoje tecnologias que podem permitir exploração, porque a Petrobras está disposta a dar garantias de que a proteção ambiental estará garantida dentro da legislação", ponderou o ministro.

Na avaliação dele, o Brasil possui um corpo técnico de cientistas adequado para avaliar condições de exploração da região. "É possível compatibilizar? Não sou o técnico que vai responder, mas tem de ser estudado", frisou.

O titular da Fazenda pontuou que o tema ambiental veio para ficar e ganhará cada vez mais importância, em um debate que amadureceu muito desde a discussão para exploração de Belo Monte, por exemplo, e que as mudanças climáticas forçarão governos a tomarem decisões difíceis. Uma delas se relaciona com o tempo de convivência com combustíveis fósseis, como o petróleo, e a transição energética.

Novo pedido de licenciamento

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou, na quinta-feira, que a companhia apresentou um novo pedido de concessão de licenciamento para explorar jazidas de petróleo na foz do Rio Amazonas, a 500 quilômetros da costa do Amapá. Ele divulgou nas suas redes sociais uma série de questões técnicas pontuadas pela empresa para reiterar o pedido de licenciamento. Entre elas, que a companhia "contratou uma sonda de perfuração marítima, que foi posicionada no ponto da perfuração em aguardo ao processo de licenciamento". O primeiro pedido feito pela empresa foi indeferido pelo Ibama, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente de Marina Silva.